

Índice

- Prefácio à 2ª edição –
Marco Aurélio Costa de Oliveira 7
- Apresentação à 2ª edição –
Marco Antonio Marques da Silva 9
- Prefácio à 1ª edição – *Nelson Jobim* 11
- Apresentação à 1ª edição – *Oswaldo Lia Pires* 13

Introdução 15

Capítulo I – AS ORIGENS DO DIREITO 21

1. Origens do Direito 21
2. Breves considerações históricas acerca do Direito e do Direito Penal 25
3. Direito Penal no mundo antigo, a Legislação Mosaica e o Velho Testamento 27
4. O Código de Manu 28
5. O Código de Hamurabi 31
6. O Direito Helênico 32
7. Lei das XII Tábuas. Antecedentes históricos 33
8. O Direito Romano 36
9. O Direito na Idade Média 37
 - 9.1. O Direito Germânico 38
 - 9.2. Direito Canônico 39
 - 9.3. Direito Medieval 39
10. O Direito Penal indígena 40
 - 10.1. Da visão penal sobre o universo indígena 41
11. O Direito dos indígenas nas Constituições 46
12. Gênese do Código Penal brasileiro 48
13. A legalidade e as nossas leis penais 50
14. Os primeiros julgamentos 54
15. O justo e a justiça política 55

Capítulo II – AS ESCOLAS PENAIS 59

1. História das escolas penais 59
2. A escola clássica 61
3. A escola positivista 62
4. A terceira escola 64

5. A escola moderna alemã 64
6. Outras escolas penais 65

Capítulo III – CRIMINOLOGIA 67

1. Considerações históricas 67
2. Histórico da criminologia 68
3. Lombroso e o homem delinquente 69
4. Os estudiosos da Criminologia 70
5. Os criminosos passionais 71
6. Vitimologia 73
7. Phillippe Pinel 74
8. Pinel e a instituição do manicômio na França 75
9. Sigmund Freud 76
10. Criminosos em consequência de um sentimento de culpa 77
11. Uma breve abordagem da loucura, enquanto manifestação cultural e repressão social 79
12. Um estudo de caso: a paixão como gênese da morte 82
13. Antropologia criminal 85

Capítulo IV – CONCEITO DE DIREITO PENAL 87

1. Denominação da matéria 87
2. Características do Direito Penal 88
 - 2.1. Direito Positivo 88
 - 2.2. Direito Público 90
 - 2.3. Direito Constitutivo 93
3. O Direito Penal como Direito sancionador 94
4. Finalidades do Direito 96
5. Divisão do Direito Penal 97
 - 5.1. Direito Penal Subjetivo 97
 - 5.2. Direito Penal Objetivo 98
6. Direito Penal Fundamental e Complementar 101

Capítulo V – NORMA PENA 103

1. Introdução 103
2. Diferenças entre as normas jurídicas e as normas morais 103

3. Definição de norma penal 104
 4. Atributos da norma penal-exclusividade 105
 - 4.1. Imperatividade 106
 - 4.2. Generalidade 107
 - 4.3. Anterioridade e legalidade 108
 - 4.4. Analogia *in bonam partem* 109
 - 4.5. Irretroatividade 110
 - 4.6. Igualdade 111
 5. Objeto da norma penal 112
 6. Norma penal em branco 113
 7. Classificação das normas penais em branco 115
 8. Retroatividade da norma penal em branco 116
 9. Concurso aparente de normas 119
 10. Princípio da especialidade 121
 11. Princípio da consunção 123
 12. O Princípio da subsidiariedade 125
 13. Do princípio da alternatividade 128
 14. Princípio da insignificância 128
- Capítulo VI – A LEI PENAL NO TEMPO 131**
1. A definição do conceito 131
 2. Da irretroatividade 131
 3. Da ultratividade 134
 4. Critérios para avaliação da lei mais benéfica 135
 5. Da lei excepcional ou temporária 136
 6. Da medida de segurança 137
 7. O tempo do crime 138
- Capítulo VII – A LEI PENAL NO ESPAÇO 143**
1. Princípio da extraterritorialidade 143
 2. Princípio da nacionalidade (ou da personalidade) 147
 3. Princípio da defesa 148
 4. Princípio da justiça penal universal 149
 5. Princípio da representação 150
 6. Princípio da extradição 151
- Capítulo VIII – LUGAR DO CRIME 153**
1. Conceito 153
 2. Importância do *iter* para o reconhecimento da competência 153
 3. Crime à distância ou plurinacional 154
 4. Crime plurilocal 154
 5. Teoria da ubiquidade 154
- Capítulo IX – DO CRIME 157**
1. Conceito de crime e de contravenção 157
 2. Objeto do Crime 163
 3. Sujeito ativo do crime 164
 4. Sujeito passivo do crime 166
 5. Da classificação dos crimes 168
 - 5.1. Crimes materiais, formais e de mera conduta 168
 - 5.2. Crimes de dano e de perigo 168
 - 5.3. Crimes instantâneos, permanentes e “a prazo” 169
 6. Dos crimes comissivos e omissivos 170
 7. Dos crimes comuns, próprios e de mão própria 171
 8. Dos crimes unissubjetivos e dos plurissubjetivos 171
 9. Dos crimes simples e complexos 171
 10. Dos crimes principais e acessórios 172
 11. Dos crimes à distância, plurilocais e em trânsito 172
 12. Do crime putativo 173
 13. Dos crimes hediondos 174
- Capítulo X – DA CAUSA E DO RESULTADO 179**
1. Conceito de causa e conceito de resultado 179
 2. A ação, a omissão e o resultado 179
 3. Teoria naturalista e teoria normativa ou Jurídica: a vontade, o ato exterior e o resultado e a modificação do mundo exterior: causa, condição e concausa 180
- Capítulo XI – DO TIPO PENAL 187**
1. Conceito de tipo 187
 2. Evolução doutrinária: a teoria do tipo 188
 3. A adequação típica 191
 4. Espécies de tipos 194
 - 4.1. Tipo fundamental e tipo derivado 194
 - 4.2. Tipo fechado e tipo aberto 195
 - 4.3. Tipo simples e tipo misto 195
 5. Tipos conexos 196
- Capítulo XII – O DOLO NO TIPO 197**
1. O conceito de dolo e a visão jurídica do conceito 197
 2. Teoria da representação 199
 3. Teoria da vontade 200
 4. Teoria mista 201
 5. Espécies de dolo 206
 - 5.1. Dolo direto e dolo indireto 206
 - 5.2. Dolo indireto alternativo, e dolo indireto eventual 206
 - 5.3. Dolo de dano e dolo de perigo 208
 - 5.4. Dolo genérico e dolo específico 209
 - 5.5. Dolo geral (*dolus generalis*) ou erro sucessivo 209

- 5.6. Dolo antecedente, concomitante e subsequente 209
- 5.7. Dolo de propósito e dolo de ímpeto 210
- 5.8. Dolo *bonus* e dolo *malus* 210
- 5.9. Dolo de consequências necessárias 210
- 5.10. Dolo civil 210
- 6. O crime e os motivos determinantes (uma homenagem a Pedro Vergara) 211
- 7. Os motivos determinantes e as escolas penais 215
- 8. O motivo e o dolo no entender da corrente finalista da ação 217
- 9. Os motivos determinantes e a aplicação da pena 220
- 10. Os motivos determinantes e a segurança nacional 221

Capítulo XIII – O DELITO CULPOSO 223

- 1. A culpabilidade em seu sentido amplo 223
- 2. Histórico da culpabilidade 224
- 3. Concepção psicológica da culpabilidade 226
- 4. Imputabilidade 229
 - 4.1. Doença mental 235
 - 4.2. Psicoses orgânicas 236
 - 4.3. Psicoses tóxicas 236
 - 4.4. Psicoses funcionais 237
 - 4.5. Embriaguez 237
 - 4.6. Da responsabilidade penal do menor 239
 - 4.7. Direito Penal do menor e sua história 241
 - 4.8. Pena não! medidas socioeducativas, sim! 242
 - 4.9. Semi-imputabilidade 244
- 5. O elemento psicológico normativo 245
- 6. A culpabilidade, *stricto sensu* 246
- 7. Dos elementos do crime culposos 249
 - 7.1. Violação de um dever de cuidado 249
 - 7.2. Do resultado involuntário 250
 - 7.3. Do nexo de causalidade no crime culposos 251
 - 7.4. Da previsibilidade 251
 - 7.5. Da tipicidade no tipo culposos 252
- 8. Espécies do tipo culposos 252
 - 8.1. Da culpa consciente e da culpa inconsciente 252
 - 8.2. Da culpa imprópria e da culpa própria 253
 - 8.3. Da culpa presumida 253
 - 8.4. Da compensação de culpas 254
 - 8.5. Das causas que permitem a exclusão da culpa 254

Capítulo XIV – A COAÇÃO NO DIREITO PENAL 257

- 1. Conceito de coação 257
- 2. Obediência hierárquica 260

Capítulo XV – ANTIJURIDICIDADE 263

- 1. Conceito 263
- 2. Estado de necessidade 265
- 3. Causas de exclusão do estado de necessidade 268
- 4. Exclusão de criminalidade e exclusão de culpabilidade 270
- 5. Legítima defesa 271
 - 5.1. Histórico da legítima defesa 274
 - 5.2. O instinto de defesa e o Direito Penal 274
 - 5.3. Mecanismos de defesa 275
 - 5.4. A defesa como meio de sobrevivência 276
 - 5.5. O medo como forma de defesa 277
 - 5.6. O medo e a imaginação humana 278
 - 5.7. A teoria da perturbação ou da coação moral 279
 - 5.8. A teoria da colisão dos direitos 279
 - 5.9. A teoria da defesa pública subsidiária 280
 - 5.10. A teoria que considera a legítima defesa como um direito público subjetivo 280
 - 5.11. Teoria da delegação do poder de polícia 281
 - 5.12. A teoria da sociabilidade dos motivos 281
 - 5.13. A teoria que baseia a legítima defesa na licitude da ação 282
 - 5.14. Conclusão 282
- 6. Estrito cumprimento de dever legal 283
- 7. Exercício regular de um direito 285
- 8. Intervenções médico-cirúrgicas 286
- 9. Lesões e morte nos esportes 287
- 10. Consentimento do titular do bem jurídico 288
- 11. Desistência voluntária e arrependimento eficaz 289
- 12. Crime impossível 291

Capítulo XVI – ERRO NO DIREITO PENAL 295

- 1. Conceito de erro 295
- 2. O erro no Direito Penal 296
- 3. Erro sobre os elementos do tipo 299
- 4. Descriminantes putativas 301
- 5. Erro determinado por terceiro 303
- 6. Erro sobre a pessoa 303
- 7. Erro sobre a ilicitude do fato ou erro de proibição 304
- 8. Crime putativo 306

Capítulo XVII – DO CRIME CONSUMADO E DA TENTATIVA 309

1. Introdução 309
2. Da consumação nas diferentes espécies de crimes 310
3. As fases do crime (*iter criminis*) 311
4. Da tentativa 314
5. Dolos que admitem compatibilidade com a tentativa 316
6. Das formas em que não se admite a figura da tentativa 316
7. Das espécies de tentativa 317
8. A punibilidade admitida à tentativa 318
9. Desistência voluntária 318

Capítulo XVIII – CONCURSO DE PESSOAS 321

1. Conceito 321
2. A teoria pluralística 321
3. A teoria dualista 322
4. A teoria monista 322
5. Autoria e participação 323
6. Da autoria colateral 324
7. Coautoria no crime culposos 325
8. Coautoria culposa nos delitos dolosos 326
9. Do mandato criminal 326
10. Os requisitos do concurso de pessoas 327

Capítulo XIX – DO CONCURSO FORMAL E MATERIAL NO SISTEMA DO CÓDIGO PENAL 331

1. Conceito de concurso de crimes 331
2. Concurso material 332
3. Concurso formal 333
4. Crime continuado 335
5. Natureza jurídica do crime continuado 336
6. Requisitos do crime continuado 337
7. Das condições especiais 338
8. Crimes onde não se pode admitir a continuidade delitiva 338
9. Do crime continuado específico 339

Capítulo XX – DAS PENAS, UMA ABORDAGEM ANALÍTICA 341

1. Breve desenvolvimento histórico e filosófico da pena através dos tempos 341
2. Do conceito de pena 342
3. Dos fundamentos e dos fins da pena 344
4. Dos princípios de direito que são aplicados na pena 346
 - 4.1. Princípio da igualdade 346
 - 4.2. Princípio da legalidade 347

- 4.3. Princípio da individualização da pena 347
- 4.4. Princípio da proporcionalidade 348
- 4.5. Princípio da inderrogabilidade penal 348
- 4.6. Princípio da humanidade 348
5. Da questão em torno do garantismo penal – uma abordagem crítico-teórica 349
 - 5.1. A gênese analítica do garantismo 350
 - 5.2. O garantismo como Direito Fundamental 352
 - 5.2. Significações do conceito de garantismo 354
 - 5.3. Primeiro sentido do conceito de “garantismo” 354
 - 5.4. Segundo sentido do conceito de “garantismo” 355
 - 5.5. Terceiro sentido do conceito de “garantismo” 357
 - 5.6. Impressões finais do conceito de “garantismo” 358
6. Classificação doutrinária das penas. Os regimes de pena aceitos em nosso ordenamento jurídico 359
7. Da progressão e da regressão 363
8. Da detração penal 365
9. Da remissão 366
10. Dos tipos de pena aceitos em nosso país. Das penas privativas de direito 366
11. Da fixação das penas 367
12. Do regime inicial das penas 371
13. Quanto ao instituto do *sursis* 373
14. Das espécies de penas restritivas de direito 373
15. Da pena de morte 376
16. Os Estados Unidos e a pena de morte 381
17. História do direito penitenciário 383

Capítulo XXI – DAS PENAS E DAS MEDIDAS DESPENALIZADORAS DA TRANSAÇÃO PENAL 387

1. Das características da transação penal 388
2. Natureza jurídica da transação penal 389

Capítulo XXII – DA DECADÊNCIA, DA PEREMPÇÃO E DA PRESCRIÇÃO 391

1. Do conceito 391
2. Da natureza jurídica 391
3. Dos prazos decadenciais 392
4. Da perempção: causas de perempção 394
5. Da prescrição 395
6. Dos fundamentos jurídicos da prescrição 396

7. Da distinção entre a prescrição e a decadência	397	9.1. Conceituação e finalidades da anistia	404
8. A forma de contagem da prescrição da pretensão punitiva	400	9.2. Anistia, Indulto, Graça, Comutação e Perdão	405
8.1. Do termo inicial	400	9.3. A anistia é tanto irrevogável quanto irrecusável	407
8.2. Da prescrição retroativa	401	9.4. História da anistia dos crimes acontecidos após 1964	407
8.3. Da suspensão e da interrupção da prescrição	401	9.5. Anistia pós-regime discricionário	408
8.4. Da prescrição aplicada a outros institutos	403	9.6. Conclusão	409
9. Anistia, indulto, graça, comutação e perdão a anistia no Brasil	404	Obras consultadas	411